

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BARROS, Sebastião do Rego. Sebastião do Rego Barros I (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 20min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP e AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Sebastião do Rego Barros I
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Regina da Luz Moreira; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão;

Levantamento de dados: Sérgio Lamarão;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Sérgio Lamarão;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 09/11/2005

Duração: 1h 20min

Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "O petróleo na sociedade brasileira", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre setembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração de um livro sobre a história do petróleo na sociedade brasileira, desde seus primórdios até a criação da ANP, no final da década de 1990, com ênfase na legislação elaborada ao longo do período. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro: "História social do petróleo no Brasil". / Regina da Luz Moreira e Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: s. e., 2005. Inédito. A escolha do entrevistado se justificou por sua atuação como Diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre 2002 e 2005.

Temas: Acordo Nuclear Brasil - Alemanha (1975); Anos 1970; Conselho Nacional do Petróleo; Exploração de petróleo; Geologia; Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Indústria petroquímica; Legislação; Monopólio; Palácio Itamaraty; Petrobras; Petróleo; Recursos naturais;

Sumário

Entrevista: 09.11.2005

Fita 1-A: O primeiro contato com o ramo petrolífero na Divisão de Produtos de Base do Itamaraty; o envolvimento no acordo nuclear com a Alemanha; o mercado internacional de petróleo na década de 1970; o cargo de secretário-geral do Itamaraty e as experiências como embaixador; o convite para a Agência Nacional do Petróleo (ANP) no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso; a questão do monopólio do petróleo pela Petrobras; reflexões sobre a Lei 9.478 acerca dos royalties do petróleo; as pesquisas geológicas pela ANP sob tutela do Estado; as rodadas de licitação com a Petrobras; as experiências de gestão do petróleo em países estrangeiros; os leilões realizados no ramo petrolífero.

Fita 1-B: Os receios do mercado petrolífero no governo de Luiz Inácio Lula da Silva; a questão da rotatividade e duração do mandato na ANP; a ideia de estabilidade numa agência reguladora; as dificuldades do cargo de diretor-geral na transição do governo FHC para o governo Lula; o leilão realizado no governo Lula; a ação impetrada por Roberto Requião pela suspensão da vigência de artigos da Lei 9.478; o preço do petróleo no primeiro governo Lula; o sistema de divisão de blocos geológicos; reflexões sobre a rentabilidade no investimento do petróleo; o esvaziamento no quadro de funcionários da ANP.

Fita 2-A: O mercado de trabalho no ramo petrolífero; os quatro diretores da ANP; as relações da ANP com a Petrobras durante a gestão do entrevistado; reflexões sobre o manejo e transporte de recursos naturais como petróleo e gás natural; a situação jurídico-política da Petrobras; a questão do biodiesel; a questão dos investimentos no refino dos recursos.

Entrevista: 09.11.2005

Sérgio Lamarão – Embaixador, só para esclarecer ao senhor, esse projeto é um projeto encomendado pela própria ANP ao CPDOC, isso já em 2004, no início de 2004, e o projeto já está na reta final. Nós estamos já fazendo as entrevistas com pessoas ligadas à própria ANP. Nós estamos fazendo uma história do petróleo no Brasil pegando o viés do antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que seria a origem da ANP, não é? Se nós remontarmos para trás: ANP, DNC e CNP. Então, a razão de ser do senhor estar aqui é exatamente essa: o senhor foi o segundo presidente da... o diretor-geral da ANP, e ficou um tempo longo, não é? Então, a entrevista tem esse motivo. Então, nós pegamos o seu currículo resumido e tem três pontos no seu currículo que nós imaginamos que tenha alguma coisa a ver até com a sua escolha futura para a direção da ANP. O senhor concluiu um curso de economia internacional na Universidade de Georgetown, em Washington, em 72, e depois o senhor ocupou dois cargos importantes, no Itamaraty e na área econômica do ministério. O senhor foi chefe do Departamento Econômico, de 85 a 88, e depois, subsecretário para Assuntos Econômicos e Comerciais, de 88 a 90. Então, eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre essa sua trajetória mais passada.

Sebastião do Rego Barros – Bom, esse é o currículo resumido, mas, além desses cargos, ainda como primeiro-secretário, ou seja, no ano de 74, eu fui trabalhar no que se chamava então Divisão de Produtos de Base do Itamaraty, e essa divisão tinha dentro dela uma carteira que era... não é uma carteira – a palavra em inglês é *desk*, não é? – uma carteira que tratava de petróleo. O petróleo, até os anos 70, pelo menos para o Brasil, não era um tema político. A Petrobras importava petróleo das multinacionais, das grandes empresas, e com a crise do petróleo que eclodiu em 73 criou-se... criou-se até um pouco antes essa carteira, essa seção, e a primeira pessoa a tratar desse assunto especificamente foi o então secretário Luiz Felipe Lampreia, que mais tarde foi ministro das Relações Exteriores. E ele, como tinha sido... Era o novo governo, o governo do Ernesto Geisel, eu chegando do exterior, o Lampreia foi convidado pelo então ministro das Relações Exteriores para trabalhar no gabinete do ministro, eu fui convidado para ir para tratar de petróleo. Aí começou, vamos dizer assim, a minha convivência...

S.L. – Foi o seu primeiro contato com o petróleo?

S.B. – Com o petróleo. É claro que a minha experiência foi muito mais com o mercado do petróleo, com a área internacional. Não foi uma experiência técnica do petróleo. Mas isso me deu algum conhecimento, não é? E eu, enfim, eu estudei muito e fiquei muito fascinado por esse mundo que é o mundo do petróleo. Foi então o meu primeiro contato. Por, vamos dizer assim, por proximidade, quando começaram a surgir problemas políticos na área da energia nuclear, que foi no governo do presidente Carter, ainda no presidente Geisel, eu também me ocupei desses assuntos. Então, tive alguma experiência...

S.L. – O acordo nuclear?

S.B. – O acordo nuclear.

S.L. – O senhor esteve envolvido de alguma maneira com a negociação.

S.B. – O acordo nuclear com a Alemanha, a defesa desse acordo junto aos Estados Unidos e à Agência Internacional de Energia Atômica para mostrar que era um acordo com fins pacíficos. Então, também estive nisso. Tanto que mais tarde eu acabei até representando o Brasil em algo inventado pelos Estados Unidos que era o Regime Internacional de Armazenamento de Plutônio. Eu terminei, por esses desvios, sendo o presidente dessa comissão da Agência Internacional de Energia Atômica para o Regime Internacional de Armazenamento de Plutônio.

S.L. – Em Viena, a reunião?

S.B. – Em Viena. Eu fui a Viena muitas vezes. Durante três anos trabalhamos no projeto. E, como aconteceu já várias vezes na História, os Estados Unidos, que foram os impulsores do projeto, quando o projeto ficou pronto, como não era exatamente o que eles queriam, eles deram para trás. Mas, enfim, então mais uma coisa com a energia. Mais ou menos nessa época, até mesmo em consequência de os preços do petróleo terem aumentado muito, houve o choque do petróleo...

S.L. – Estamos nos anos 70 ainda?

S.B. – Ainda estamos nos anos 70.

S.L. – Final dos anos 70, não é?

S.B. – Final dos anos 70. Vamos nos aproximando do final dos anos 70. Aí houve uma conferência internacional sobre fontes novas e renováveis de energia, que se realizou em Nairóbi, no ano de 1981. Em 80 ou 81. Bom, mas uma conferência das Nações Unidas tem uma preparação de três a quatro anos, então eu desde o início fui encarregado de ser o delegado no Brasil e houve muitas reuniões etc. Isso já foi na passagem do governo Geisel para o governo Figueiredo. O tempo foi passando e eu cheguei muito cedo ao cargo de ministro de primeira classe – o que a gente chama de embaixador, não é? –, continuava em Brasília, e fui durante seis meses chefe do Departamento de Cooperação Científica e Tecnológica. Fui tirado daí porque houve uma urgência no Departamento Econômico, que é mais importante... Não é mais importante estruturalmente, mas são temas mais urgentes, não é? Então, eu fui para o Departamento Econômico e depois fui para...

S.L. – Isso já no governo Sarney, não é?

S.B. – Já no governo Sarney. Acho que foi.

S.L. – Em 85, não é?

S.B. – É, exatamente. Foi. E depois então eu fiquei entre o Departamento Econômico e ser subsecretário para Assuntos Econômicos e Comerciais. Então, eu tinha um passado de petróleo? Tinha. Está bom?

S.L. – Está bom. Porque aí depois o senhor vai ser secretário-geral do Itamaraty e vai ser embaixador em Buenos Aires, não é isso?

S.B. – Isso. Eu saí para ser...

S.L. – Ah! Embaixador na antiga União Soviética.

S.B. – Na antiga União Soviética e depois na...

S.L. – Na Federação Russa.

S.B. – Na Federação Russa. Aí realmente foi um período em que eu me afastei da parte de energia. Depois, secretário-geral. Secretário-geral é o segundo do Itamaraty, e trata-se de tudo. Então, eu também fiquei afastado. Tudo mais ou menos acontece quando a pessoa vai...

Regina Luz – Ascendendo.

S.B. – Subindo em uma hierarquia, você vai ficando mais longe dos temas específicos, não é? Depois fui para embaixador em Buenos Aires. E aí fui surpreendido com o convite do presidente, que me foi feito pelo então ministro José Jorge, que era ministro das Minas e Energia na época. Fui surpreendido, achei que eu não devia aceitar, mas é muito difícil resistir a um convite do presidente Fernando Henrique Cardoso, ele é muito...

R.L. – Sedutor.

S.L. – Persuasivo.

S.B. – E, ao mesmo tempo, eu confesso que aquela gota de petróleo que tinha entrado...

S.L. – Ainda pulsava.

S.B. – Ainda pulsava.

R.L. – E também é uma questão do desafio, não é?

S.B. – Do desafio. Exatamente. Exatamente. E eu também estava... Eu já tinha feito um pouco a idéia de encerrar a minha carreira diplomática em Buenos Aires. Eu não queria ficar desses embaixadores que vão até... Porque a aposentadoria hoje em dia é compulsória com 70 anos, e eu não queria ir até os 70 anos de posto em posto. Enfim, foi um conjunto de circunstâncias, mas, mais que tudo, o desafio e a gotinha de petróleo no sangue.

S.L. – Foi em dezembro de 2001. Quer dizer, na verdade, foi quase no início do último ano...

S.B. – Do Fernando Henrique.

S.L. – Do segundo mandato do Fernando Henrique Cardoso.

S.B. – Exatamente.

S.L. – Então, tem aquela questão da não coincidência de mandato. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso. Quer dizer, falasse um pouco o que o senhor conhecia da ANP nesse momento, quando o senhor foi convidado. Porque a ANP era muito jovem, não é?

S.B. – É, era muito nova. Eu conhecia um pouco, vamos dizer assim, a ideia da agência reguladora, não é? A agência reguladora foi criada, a ideia de agência reguladora, para regular – me desculpe a redundância – atividades em setores que são monopólios naturais. Em outras palavras, se o... Uma rede de distribuição de eletricidade é um monopólio natural porque, embora possa haver várias empresas produzindo eletricidade, e na outra ponta...

S.L. – Distribuindo para o consumidor final.

S.B. – ...há várias distribuidoras e um número enorme de consumidores finais, a rede...

S.L. – O linhão.

S.B. – Não tem sentido cada empresa ter uma rede porque seria um custo absurdo etc. Então, isso cria um monopólio natural. É a mesma coisa... Para o setor elétrico é muito caro, fica

claro, e também para o setor de telecomunicações e alguns outros, mesmo no setor ferroviário. O petróleo não é, necessariamente, um monopólio natural. Mas no caso do Brasil, como a Petrobras foi monopolista durante tanto tempo, era um monopólio que deixava de ser exercido pelo Estado diretamente, através de uma empresa, e passou a ser um setor onde podia haver a presença, em todos os segmentos desse setor, de qualquer número de empresas.

S.L. – É, porque o monopólio, a primeira flexibilização foi por ocasião do contrato de risco. De alguma maneira...

S.B. – Foi.

S.L. – Não é? A gente pode ver dessa forma.

S.B. – Mas aí foi uma flexibilização muito pequena.

S.L. – E no setor só da exploração, se não me engano, não é?

S.B. – Da exploração. No caso presente, tinha havido uma mudança na Constituição, em que se tirava da Petrobras o monopólio, de modo que a União continua com o monopólio dos recursos que estão sob a terra, mas depois de esses recursos serem...

S.L. – Seria dizer que ela continua sendo o poder concedente, de alguma maneira?

S.B. – Ela é poder concedente. Então, ao se fazer a concessão, pelo fato de haver o monopólio... ter havido o monopólio da Petrobras, monopólio de direito, que não existe mais, mas o monopólio de fato ainda existe em muitos setores. E o tempo para isso mudar é, em geral, longo. Porque – só para lembrar e para registro, vocês sabem disso – o monopólio da Petrobras era nos setores de estudos geológicos, a exploração, a produção, o transporte e o refino. A parte de comercialização, de distribuição e revenda nunca foi monopólio. Nunca foi monopólio. Daí que... Deixa eu chegar a isso depois para não confundir muito a entrevista. Bom, então, o que eu conhecia era a concepção do que é uma agência reguladora. Eu vi com entusiasmo o surgimento dessas agências reguladoras, e eu vi também com entusiasmo o fim

do monopólio da Petrobras, embora quando jovem... Eu me lembro até, quando da criação da Petrobras, eu era bem garoto mas me lembro de ter vibrado muito. E não acho que tenha sido um erro histórico. Eu acho que naquela época o comportamento selvagem das empresas, das grandes multinacionais, aconselhava que houvesse um tipo de proteção, que é a Lei 2.004 de 1953. O que eu acho é que, no caso principalmente da exploração, que é risco, demorou-se muito tempo em fazer a abertura. O Geisel teve essa percepção, mas ele próprio não teve... ou não teve força política ou não teve coragem ou convicção para fazer uma abertura mesmo. Criou-se o contrato de risco, que era um contrato pouco interessante. Poucas empresas vieram, talvez só... Eu acho que a única empresa que ficou mesmo foi a Shell. Então, eu via com entusiasmo isso, porque eu tenho convicção de que o Brasil precisa de muito investimento em exploração. Nós precisamos... Está bem assim ou você prefere que eu...?

S.L. – Não, está ótimo! A palavra está com o senhor.

S.B. – Então, é o seguinte, como fruto da Emenda Constitucional nº 9 ou 13, eu não me lembro de cabeça, de 97, o Congresso aprovou a Lei do Petróleo, a 9478, e em agosto... Não, a emenda da Constituição foi em 95 e a Lei do Petróleo...

S.L. – Em 97.

S.B. – Em 97. Em julho ou agosto de 97. E a criação da Agência Nacional do Petróleo foi em 15 de janeiro de 98. Ela começou suas atividades em 15 de janeiro de 98. Muito bem. Então, agora eu vou pegar um pouquinho algumas das características da Lei 9478, e vou começar por estudos geofísicos e geológicos. Essa lei prevê que uma porcentagem do imposto que se chama participação especial... Participação especial é um *royalty* adicional cobrado sobre produções, seja de campos muito grandes, seja de campos que dão muita rentabilidade.

S.L. – Não é qualquer campo.

S.B. – Não, são campos maiores.

S.L. – São esses campos gigantes, da bacia de Campos, por exemplo?

S.B. – É, esses campos maiores é que pagam essa participação especial, que é um *royalty* adicional. Bom, a lei previa que 40% do que o governo arrecadasse de participação especial fosse destinado à ANP para que a ANP fizesse estudos geofísicos e geológicos. Isso é importante porque o legislador... A Lei 9478 é uma lei muito bem-feita, até chegar no refino. O legislador se deu conta que o estudo geológico e geofísico é uma tarefa do Estado. No próprio Estados Unidos, onde a iniciativa privada faz quase tudo, os estudos geológicos são feitos, não excludentemente, mas...

S.L. – Sobretudo.

S.B. – ...sobretudo são feitos pelo Estado ou pelo *US Geological Survey*. Então, 40% da participação especial, para vocês terem uma idéia, no ano de 2004 a ANP deveria ter recebido algo como 2 bilhões de reais. Aí, só um comentário à parte: recebeu dezenove. Mas aí, por tema de...

S.L. – Dezenove milhões.

S.B. – É, 19 milhões. Aí, é tema de superávit fiscal...

R.L. – Uma pequena diferença, não é?

S.B. – São pequenas diferenças. Mas qual era a ideia aí? A ideia é que quem fazia estudos geológicos na área de petróleo era a Petrobras.

S.L. – Era isso que eu ia perguntar.

S.B. – Então...

S.L. – Quer dizer, o Estado já fazia isso.

S.B. – O Estado fazia através da empresa. Como no caso do mineral em geral, que não o

petróleo, era a Vale do Rio Doce. Então, o legislador se deu conta disso e determinou que houvesse essa porcentagem para estudos geológicos. Coisa que, enfim, não tem acontecido por... Bom, a outra coisa...

S.L. – Só um momento. Quer dizer, essa atribuição dada à ANP, de alguma maneira ela teria entrado em rota de colisão com a Petrobras e isso gerou algum tipo de ruído?

S.B. – Não, não creio.

S.L. – A Petrobras poderia... Ela continua fazendo, já que não é uma prerrogativa exclusiva...? É uma prerrogativa exclusiva da ANP?

S.B. – Não.

S.L. – Não é.

S.B. – Qualquer empresa pode fazer.

S.L. – Mas enquanto Estado é a ANP.

S.B. – É a ANP.

S.L. – Então a Petrobras não pode mais fazer.

S.B. – A Petrobras pode fazer, só que tem que... Para uma empresa que não tenha esse papel de Estado como a Petrobras tinha... Ainda tem até hoje, não é? A gente depois pode chegar até a esse ponto, desse meio do caminho para a Petrobras, que ora é carne, ora é peixe, não é? Mas não faz... Para uma empresa comercial não faz muito sentido fazer pesquisa geológica porque ainda é muito caro. É muito caro e é muito accidental, não é? Então, isso daí foi pensado que fosse dado ao Estado. Bom, a outra coisa que foi feita é o seguinte: a Petrobras deveria declarar à ANP todos os campos, blocos ou campos que ela estava explorando, onde ela estava produzindo, e aqueles campos que não estavam produzindo, mas a Petrobras

explorava, a Petrobras teve o direito de dizer: "Eu quero manter esses tais campos. Mas eu, ao manter esses tais campos, eu me comprometo com a ANP, portanto, com a União, eu me comprometo a fazer uma quantidade x de trabalho de exploração. E tenho que, depois de três anos, declarar se eu vou produzir esses campos, e aí eu produzo, senão eu tenho que devolver à União."

R.L. – Quer dizer, não adiantava fazer uma reserva de mercado indefinida.

S.B. – Indefinida. Nesse ponto o legislador foi muito sábio. Foi uma lei realmente feita por quem conhecia. Muito bem, isso foi feito. Houve, portanto... Em 1998, houve o primeiro leilão, digamos assim. Mas foi um leilão que só a Petrobras podia participar. Não era um leilão, a Petrobras escolheu. Não era leilão, não, desculpe...

S.L. – Nem o nome era esse, não é?

S.B. – Não, não era leilão. É porque a gente chama de rodada, a rodada zero. É a tal famosa rodada zero. Mas não era um leilão porque era só a Petrobras. Não podia ser um leilão de um só. A rodada, que foi a rodada zero, que era exclusivamente para a Petrobras dizer: "Eu vou ficar com isso aqui e vou devolver isso aqui. E, naquilo que eu vou ficar, eu me comprometo a fazer x e, dentro dos três anos determinados pela lei, eu vou..."

S.L. – "Vou manter x e devolver y."

S.B. – Isso aconteceu. A partir de 99, começou a haver as rodadas de licitação, e já houve sete rodadas: em 99, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. Sete rodadas.

R.L. – Agora está tendo a última.

S.L. – Essas rodadas têm uma periodicidade fixa?

S.B. – Têm uma periodicidade, mas... Não, ela...

S.L. – Não, não é?

S.B. – Não, é uma periodicidade anual porque foi escolhido assim. Até mesmo porque a preparação de uma rodada exige muito trabalho. É um processo que é muito bem-feito, a fim de que não haja nenhum tipo de manuseio de dados e coisas por baixo do pano.

S.L. – Tem um edital, não é?

S.B. – É uma coisa exemplar! Eu posso falar porque eu já encontrei isso feito e, olha, é uma coisa exemplar! A ANP teve... Os diretores que estavam lá, o meu antecessor, o Zylbersztajn, e os demais diretores tiveram, eu acho, a humildade e a sapiência de ir buscar exemplos no mundo, onde é que se fazem licitações, como é que são feitas...

S.L. – É interessante esse ponto. Quais seriam os países que essas práticas já eram adotadas?

S.B. – Eu creio que eles seguiram... Eles acabaram contratando uma empresa que tinha prática nisso, não é? Isso eu já peguei feito, quer dizer, eu não posso ter a certeza absoluta de qual foi o espelho, não é? Mas eu diria que foi, basicamente, o Mar do Norte e o Golfo do México.

S.L. – Quer dizer, a Inglaterra, Noruega e...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

S.L. – Nós estávamos na... Quer dizer, o senhor falou em Mar do Norte e Golfo do México.

S.B. – No Golfo do México, a parte de águas americanas. Porque o México tem o monopólio ainda da Pemex. Então, foi um processo muito bem-feito, muito profissionalizado e, acima de tudo, muito transparente. Ele chega ao ponto de ter transmissão ao vivo, quem tenha interesse pode acessar por internet, até acho que por um tipo de um canal de televisão específico. Então, isso foi um sucesso. Foi um sucesso, houve o interesse de muitas empresas no primeiro leilão. Agora eu não tenho de cabeça, infelizmente...

S.L. – Não, esses dados nós conseguimos.

S.B. – Mas o primeiro leilão foi um sucesso; o segundo, um menor sucesso, mas foi. A partir do terceiro começou a haver certos problemas.

S.L. – O senhor já era diretor na época do terceiro?

S.B. – Não, eu peguei no quarto. Mas, acima de tudo, eu acho que houve uma certa decepção. Mas isso é um sentimento meu, e acho que de várias pessoas. Talvez perguntar a outros diretores, ao John Forman. A impressão que eu tive, mesmo chegando depois, é que as empresas achavam que a Petrobras, por ter sido monopolista, não tinha feito a exploração direito, que eles iam saber fazer melhor e que iam chegar aqui... Mas a Petrobras, com todos os problemas de uma empresa estatal, porque sempre há, há um excesso de burocracia aqui ou ali, mas ela é uma boa empresa. A qualidade de recursos humanos foi uma coisa que a Petrobras sempre investiu muito. É uma coisa exemplar! Os funcionários... Há uma grande qualidade. Então, eu acho que houve essa decepção porque não houve uma grande descoberta por nenhuma das empresas. A Petrobras... E depois também, essa época foi uma época de... o preço do petróleo tinha caído muito. Eu estou falando de 2001 e 2002. Também eu não me lembro de cabeça, mas se vocês forem olhar, o preço do petróleo tinha baixado. Então, o terceiro leilão, já caiu muito o interesse; o quarto também foi de interesse baixo... Se eu pudesse pegar uma escala, eu diria assim: o primeiro leilão, o segundo...

S.L. – Fazer um gráfico, não é?

S.B. – ...o terceiro, o quarto...

S.L. – Foi caindo.

S.B. – Vai caindo. O quinto é até mais baixo, e o sexto já faz assim e o sétimo já faz assim.

S.L. – Tem uma relação com o aumento do preço do petróleo?

S.B. – Tem, mas tem uma característica que é a seguinte: o terceiro e o quarto leilão eu acho que foram fracos porque não tinha havido nenhuma grande descoberta e porque também tinha... As empresas que compraram no primeiro e segundo já estavam com suas carteiras repletas. E uma empresa, de acordo com a lei, quando compra um bloco, ela tem obrigação de fazer x trabalho. Uma qualidade x de trabalho nesse bloco. Então, isso custa dinheiro.

S.L. – Ela não poderia se lançar...

S.B. – Ficar lançando, lançando... Isso aí, combinado com o petróleo mais baixo. Eu acho que foi isso. E no quarto leilão também houve uma influência do medo do Lula, que nessa altura estava tão na frente que aparentemente ia ganhar, como ganhou. E com todo o discurso do...

[FINAL DA FITA 1-A]

S.B. – E com todo o discurso do PT de ser contra a privatização, a dúvida se haveria...

S.L. – Se o modelo seria mantido, não é?

S.B. – É, exatamente. Muito bem, então, o quarto leilão teve esse problema. O quinto já foi realizado no governo Lula. Houve uma reação inicial muito negativa da que seria ministra...

S.L. – Dilma Rousseff.

S.B. – Eu diria uma reação muito negativa. Nós tivemos um relacionamento, no início, muito difícil. Porque nós tivemos que tomar uma decisão, pelo calendário tradicional dos leilões, de anunciar o quinto leilão entre o período em que o Lula já estava eleito e não tinha assumido.

S.L. – Não tinha tomado posse.

S.B. – Foi uma decisão muito difícil.

S.L. – Foi no finalzinho de 2002, não é?

S.B. – Foi, nós fizemos isso em novembro, que já era o limite máximo, porque senão...

S.L. – De alguma maneira, o seu primeiro já foi com o Lula muito presente, vamos dizer assim, não é?

S.B. – Foi.

S.L. – Porque como desde o início ele despontou como favorito... Quer dizer, a possibilidade do PT assumir o poder, em 2003, já era uma coisa dada, desde talvez abril ou maio.

S.B. – É, desde abril ou maio, é verdade.

S.L. – Isso é uma coisa interessante, não é?

S.B. – Mas aí nós tomamos a decisão, e foi onerosa de certa maneira, mas também eles... O governo chegou dizendo que ia mudar os diretores-gerais e os presidentes das agências, coisa que acabou não fazendo.

S.L. – E poderia mudar?

S.B. – Não. Não, eles teriam que infringir...

S.L. – Mudar a lei, não é?

S.B. – ...a lei. Aí eles tentaram... Houve muito discurso, mas depois que assumiram... Eu era olhado com uma certa desconfiança, mas não fui desrespeitado, não.

S.L. – Porque, tocando nesse ponto, eu gostaria até que o senhor precisasse um pouco... A lei que cria a ANP, eu imagino que ela, certamente, ela precisa a questão da rotatividade e da duração do mandato, se é possível dois mandatos consecutivos...

S.B. – Então, deixa eu falar sobre isso. A lei da ANP prevê que haja... que não haja coincidência de mandatos. Isso daí é da boa prática da ideia da agência reguladora. Qual é a virtude de uma agência reguladora? Uma agência reguladora, idealmente, ela tem que ser, mais que tudo, neutra. Ela tem que aplicar a lei, a legislação, a técnica. Ela não deve ser uma entidade política. É claro que não há nada que exista fora da política, mas ela não deve, teoricamente... Não deve ser política. Então, a maneira de se ter uma agência com essa característica é proteger o regulador. Como é que se protege o regulador? Dando a ele um mandato que é aprovado pelo Senado Federal e que o faz livre de injunções políticas do governo do momento. E no caso da ANP fez-se o seguinte: escolheu-se o diretor-geral, escolheram-se os quatro diretores, e, depois de escolhidos, eles tiraram a sorte entre si e um teve um mandato de um ano, outro de dois anos, outro de três anos e dois outros de quatro anos. Justamente para que a substituição...

S.L. – Para que houvesse uma rotatividade.

S.B. – Exatamente.

S.L. – E o mandato do diretor-geral também seria...

S.B. – Também seria. Tanto que o...

S.L. – De quatro anos?

S.B. – O mandato de todos é de quatro anos, mas nesse caso do início...

S.L. – Ah! No primeiro, no Zylbersztajn.

S.B. – É, no Zylbersztajn. O Zylbersztajn também entrou no sorteio. E ele, se eu não me engano... Deixa eu fazer a conta: ele começou em 88, não é?

S.L. – Em 98.

S.B. – O mandato dele terminou em 2001.

S.L. – Quer dizer, ele ficou em 98, 99, 2000 e 2001. Ele ficou quatro anos.

S.B. – Não, ficou... É, mas ele...

S.L. – Ele ficou de janeiro de 98 a dezembro de 2001, quando o senhor assume, não é?

S.B. – É, exato.

S.L. – Não sei se quatro anos exatos. Provavelmente, um pouco menos.

S.B. – Deixa eu lhe dizer aqui: no caso dele foi três anos. Três anos. O mandato dele acabou em 15 de janeiro de 2001 e ele foi reconduzido. Porque pode haver uma recondução.

S.L. – Ah! Ele foi reconduzido.

S.B. – Ele foi reconduzido.

S.L. – Pelo mesmo número de anos da...?

S.B. – Aí por quatro anos.

S.L. – Então, dessa recondução ele ficou mais um ano.

S.B. – Ele ficou mais um ano.

S.L. – Praticamente mais um ano.

S.B. – E com a renúncia... Ele saiu antes, ele saiu em outubro porque ele renunciou. Ele renunciou e então ficou com o diretor... o diretor-geral eventual substituto.

S.L. – O senhor se lembra quem foi?

S.B. – Foi o... Daqui a pouco eu digo.

S.L. – Ele foi seu diretor depois.

S.B. – Ele ficou. Ele tinha o mandato dele e ele concluiu. Então, falando da agência reguladora, a virtude da agência reguladora é essa, de o regulador ter independência com relação ao governo e as mudanças não serem abruptas. Como a diretoria é renovada, ou o conselho, porque tem... Na Anatel é conselho. Mas aí é questão de...

S.L. – Nomenclatura.

S.B. – De nomenclatura. Não há uma mudança drástica, compreende? Porque entra um, aí a pessoa chega com as suas ideias etc., se tiver ideias que sejam razoáveis... Há uma razoabilidade estrutural no fato de haver esse... Não há aquela coisa de "agora eu vou mudar tudo". Não pode ser assim porque vai à diretoria e não vai ser aprovado, compreende? O que é que é isso? A ideia é você dar estabilidade, justamente para que o investidor sinta confiança. Você vai botar um dinheirão em energia elétrica ou em telecomunicações ou numa ferrovia ou no petróleo e amanhã as regras mudam? É um dos problemas de países como o Brasil, onde as regras mudam muito. Por isso nós pagamos tanto juro, não é? Na Suíça, onde nada muda desde o Guilherme Tell... [risos]

S.L. – O risco Brasil, enfim, é dado por, entre outros elementos...

S.B. – Eu não sou uma pessoa muito conservadora, não, mas no caso... É o fato, não é? Que você tenha confiança numa coisa que a regra não fique mudando toda hora.

R.L. – Nunca sabe qual é a regra do jogo, não é?

S.B. – É verdade. Então, a ideia da agência reguladora é isso, é dar estabilidade, não é? E

justamente se consegue essa estabilidade fazendo com que os reguladores sejam independentes do governo. Eles são dependentes de si mesmos. Você só pode demitir um diretor se ele tiver uma ação administrativa ou uma ação penal. Se não, é indemissível.

R.L. – Chega até o final do mandato dele.

S.B. – Chega até o final. No caso da Anatel é um pouco diferente. No caso da Anatel é discutível, mas – e foi o que fizeram com o Shimura – pode se mudar o diretor-geral, escolhendo um outro diretor existente. No caso da ANP e da Aneel, que são as duas que eu conheço, as outras eu não cheguei a estudar, não pode, o diretor não pode ser mudado. Está bem em termos de agência?

S.L. – Sim. Agora eu queria...

S.B. – É melhor você me guiar um pouco porque senão eu vou...

S.L. – Pois é, eu vou guiar um pouquinho agora. Então, o senhor já traçou a conjuntura da criação da ANP, falou da legislação básica da agência, deu em linhas gerais... falou das licitações, dos editais, das rodadas. De alguma maneira, o senhor cobriu a gestão do Zylbersztajn. Desse aspecto, não é? Então, agora o senhor é o diretor-geral. O senhor assume em dezembro de 2001, como eu falei antes já, tendo o último ano do Fernando Henrique pela frente e, a partir de determinado momento do ano de 2002, já sabendo que não haveria um continuísmo, que haveria uma mudança, que se previa até maior do que ela acabou sendo, e o senhor entra 2003, que é o seu segundo ano à frente, com um governo novo.

S.B. – Isso.

S.L. – Então, eu queria que o senhor falasse um pouquinho dessa dificuldade inicial e como depois o céu virou um céu de brigadeiro. Ou não, eu não sei.

S.B. – Digamos que foi um céu de coronel. [risos]

S.L. – De coronel, não é? Não tão azul assim, não é?

S.B. – Não, mas veja bem... O início foi muito difícil. Muito difícil porque nós tomamos esta decisão de lançar a quinta rodada. E, obviamente, não me escapava a gravidade política de nós tomarmos essa decisão. Eu inclusive tentei ter algum contato com o governo de transição, mas não foi possível e... Mas aí eu também achei que, se eu tivesse, a resposta ia ser não. Então, eu e o... o diretor da ANP lançou...

S.L. – Manteve o calendário, não é?

S.B. – Manteve o calendário, e isso foi muito mal recebido etc. A minha argumentação é de que, enfim, se o próximo governo não quisesse manter, é um direito que... Porque a realização da licitação não é uma decisão necessariamente da agência. Porque na Lei do Petróleo 9478 foi também criado um Conselho Nacional de Política Energética. E o Conselho Nacional de Política Energética, que é presidido pelo ministro das Minas e Energia, mas pode também ser presidido pelo presidente da República se ele avocar essa presidência, mas é presidido pelo ministro das Minas e Energia, é composto por um número de ministros que está...

S.L. – No decreto que o discrimina, não é?

S.B. – É. Então, na realidade, é um conselho onde o governo tem maioria. Mas aí é que há uma coisa interessante, e nesse ponto a ministra Dilma Rousseff defendeu com razão, é que a política deve ser traçada pelo governo. Eu acho que sim, é claro. A política sim, agora, a regulamentação é da agência. Por que eu estou dizendo isso? Porque o governo poderia ter assumido, ter feito uma reunião do Conselho Nacional de Política Energética e determinado que não haveria...

S.L. – O cancelamento do quinto leilão.

S.B. – É claro que o governo, de um lado, não gostou porque era oneroso, mas de outro lado, que eu acho que ela acabou percebendo isso porque nas nossas conversas há algo forte, eu

dizia: "Eu estou fazendo um favor ao seu governo. Eu fiz um favor ao seu governo." [riso] Porque estava numa decisão... Porque o governo ali... O Lula estava querendo ganhar a confiança do mercado, não é? Ele tomar uma decisão de fazer, ele ia, mais uma vez, ir contra o pensamento lá do... que ele defendia etc. Então, já estava feito. E eu acho que ele acabou... Eles acabaram entendendo. Enfim, então essa parte – e no início a ministra participou de várias reuniões conosco – essa parte da licitação foi eu acho que a parte central da transição, não é?

S.L. – Inclusive, o senhor avançou 2003 até que momento? Quando foi realizado, efetivamente?

S.B. – Foi realizado em julho. E não foi um leilão bem-sucedido por vários motivos. Até ainda existia uma desconfiança com relação ao Lula, menor, já era menor do que se esperava porque já tinha adotado políticas... já tinha política macroeconômica, conservadora etc. Mas aí, sim, tem uma característica, vocês vão ver, é que em 2003, eu acho que em setembro de 2003, a Petrobras ia devolver os blocos que ela não ia continuar... que ela não ia reter. Ela não ia reter. Eram aqueles blocos daquela rodada de 98.

S.L. – Da rodada zero.

S.B. – Da rodada zero, que a ANP estendeu por mais dois anos.

S.L. – Era de três anos e ficou mais dois anos, não é?

S.B. – É, e aí também houve problemas com o TCU, mas isso a gente deixa para depois. Mas, afinal, houve a extensão por cinco anos, não é? Então, o leilão de 2003 realizou-se com todo mundo sabendo que a Petrobras ia devolver os tais blocos azuis.

R.L. – Ou seja, as pessoas se retraíram...

S.B. – Se retraíram.

R.L. – À espera do que ia ser devolvido.

S.B. – Então, foi um leilão muito frouxo. Muito frouxo. Em 2004, aí devo dizer, o Ministério das Minas e Energia (MME), a ministra, o ministério e a ANP trabalharam lado a lado, braço a braço. Foi feito um trabalho extraordinário, com o aporte da própria ministra e da secretária Maria das Graças Foster, e a ANP não tinha ainda perdido tantos funcionários quanto vem perdendo, e fez-se um trabalho muito bom, mas muito bom mesmo. Eu era diretor-geral, mas, enfim, não estou me elogiando, foi um trabalho técnico e político. E nessa altura a ministra está absolutamente defensora da licitação. E a rodada de 2004, primeiro que ela foi um grande êxito, ela quase chegou ao êxito da primeira, mas houve um episódio marcante, que foi uma ação impetrada pelo governador do Paraná...

S.L. – Pelo Roberto Requião.

S.B. – Pelo Requião. E uma decisão dada por um ministro do Supremo Tribunal, Aires Brito eu acho, na véspera.

S.L. – Na véspera da realização do...

S.B. – Na véspera da realização do leilão. Na véspera. Foi um dia dramático. Ele suspendendo o vigor... suspendendo...

R.L. – A vigência.

S.B. – A vigência. Desculpe. Suspendendo a vigência de vários artigos da Lei 9478. Quer dizer, uma lei aprovada em 97. Então, em 2004, um ministro do Supremo Tribunal, numa decisão...

S.L. – Atendendo então aos reclamos do Requião.

S.B. – É, numa decisão auto... Tem um nome para isso, quando você não faz em conjunto. Ele suspende. Isso aconteceu no fim da tarde do dia anterior ao leilão. Eu não sei se é o tipo

de coisa para dizer, mas eu vou dizer: eu estava saindo para dar uma entrevista na TV Globo, naquele programa de... Daqui a pouco eu lembro. Ah, meu Deus do céu, o negócio da memória... Aquele que chama... Um amor de pessoa, de gravatinha borboleta.

R.L. – George Vidor.

S.B. – George Vidor.

S.L. – Na Globo News.

S.B. – Na Globo News. George Vidor...

R.L. – *Conta corrente.*

S.B. – *Conta corrente.* E eu estava saindo quando me liga a ministra: "Embaixador, aconteceu isso, isso, isso." Eu digo: "Ministra, eu estou saindo para ir fazer essa entrevista. Eu vou tentar não ir." Aí eu ligo lá para o George Vidor que diz: "Olha, se não vier é pior." Ligo para ela – não é que eu fosse pedir licença, mas nessa altura nós estávamos compartilhando uma crise, não é? – e ela então diz: "O senhor vai e... Boa sorte." [riso]

S.L. – "E faça o que você quiser."

R.L. – "E seja o que for."

S.B. – Aí eu cheguei lá disse: "Não, isso aí não vai vigorar, não vai vigorar." Tomei o risco. E trabalhamos a noite inteira – ela mais, ela estava em Brasília, nós estávamos no Rio de Janeiro, e nós todos fomos para o hotel aonde ia se realizar. Porque, como ia haver manifestações, nós tínhamos medo de que as manifestações fossem muito fortes e não pudesse entrar. E ela conseguiu que o advogado-geral da União desse uma liminar. E o presidente do Supremo anulou a decisão do Aires Brito. Então, eu acho que, mais que tudo, esse episódio vale para mostrar o empenho da ministra, portanto, o empenho do governo Lula em fazer isso, não é? E foi um empenho mesmo.

S.L. – Quer dizer, acabou acontecendo tudo como estava previsto.

S.B. – Aconteceu tudo como estava previsto.

S.L. – E foi esse sucesso que o senhor falou.

S.B. – Apesar de tudo, ele foi um grande sucesso. Foi um grande sucesso e...

S.L. – E o preço do petróleo, também, já nessa altura...

S.B. – Nessa altura já... E este ano o leilão foi, de novo, muito bem-feito. Eu já estava fora, eu saí em 15 de janeiro, mas foi muito bem-feito. O sucesso foi maior ainda, com uma presença muito grande de empresas brasileiras, de pequenas empresas. Eu acho que essa parte da continuação dos leilões, eu diria que foi a coisa mais importante que aconteceu na minha...

S.L. – Na sua gestão.

S.B. – ...na minha gestão, pelo fator político. É claro que muitas outras coisas foram feitas etc. Não se mudou, e aí entra o negócio da agência reguladora, não se mudou muito. Houve uma mudança, por exemplo, no tamanho dos blocos. Os blocos, até o leilão de 2004, eram blocos desenhados pela própria ANP. Existia uma superintendência chamada Superintendência de Definição de Blocos, e ela fazia os blocos. E aí, por influência de várias opiniões, de várias reclamações, porque os blocos acabavam ficando muito grandes... E geólogo é como economista, cada um tem a sua... [riso] Então, o sujeito dizia: "Não, mas aqui, me fizeram uma divisão aqui e não é aqui, é ali." Então...

S.L. – Esses blocos, existe a preocupação que todos eles sejam mais ou menos igualmente atraentes? Ou isso é tecnicamente impossível?

S.B. – É impossível.

S.L. – É impossível. Mas existe essa preocupação.

S.B. – Existe. Então, nós acabamos aceitando uma ideia que foi defendida pelo John Forman e que é o sistema usado no Golfo do México, que é o sistema de grelha, de xadrez. Então, nós fizemos três tamanhos de blocos: blocos com uma dimensão x para blocos em terra, blocos de uma dimensão um pouco maior para águas rasas e blocos bem maiores para...

S.L. – Águas profundas.

S.B. – Mas ainda assim, os blocos, mesmo os maiores, não chegavam a ser do tamanho enorme que eram alguns no passado. A razão para isso... Há várias razões para isso: essa razão da... nunca os geólogos concordam, "por que o senhor cortou aqui e não cortou aqui?" Eu digo: "Bom, agora é um xadrez. Você faz o seguinte, você compra dois ou três blocos. Você faz o desenho que a sua empresa quer." E a outra também é porque...

S.L. – Mas essa mudança vigorou já para o leilão de dois mil e...?

S.B. – De 2005.

S.L. – Só para esse ano então, de 2005.

S.B. – Não, de 2004. De 2004 e 2005. E foi, em geral, muito bem recebido. E o fato de você ter blocos, principalmente em terra, menores, incentivou a entrada de empresas menores.

R.L. – Pequenas, não é?

S.L. – Aí, neste último leilão – mas aí eu já estou saindo da minha época – a ANP leiloou campos marginados, ou maduros. São aqueles campos onde há acumulação, sabe-se que há, mas que foram abandonados pela Petrobras.

S.L. – Isso, tanto em terra quanto no mar ou principalmente...

S.B. – Isso aí é só em terra.

S.L. – No Recôncavo, por exemplo?

S.B. – Só em terra é quase tudo no Recôncavo. É quase tudo no Recôncavo. São aqueles primeiros blocos, que davam...

S.L. – Dos anos 50 ainda?

S.B. – Dos anos 50, e que davam muito petróleo. E o petróleo vai acabando, não é?

S.L. – Mas agora talvez, com técnicas...

S.B. – Não, mas é...

S.L. – Ainda vale a pena? Ainda é rentável investir nesses...?

S.B. – Vale. Para uma empresa pequena vale. É o seguinte – porque isso é prática internacional – as grandes empresas, como Exxon, Shell, como BP e Total, quando o campo, o bloco está dando muito pouco, eles abandonam e vendem. Eu acho que o exemplo mais fácil de nós compreendermos é o seguinte: tem um armazenzinho de esquina, o dono do armazém ganha dinheiro, ele tem a sua casinha, tem o seu carro. Agora, se o Pão de Açúcar ou o Carrefour comprar esse armazém, vai perder dinheiro. É exatamente isso.

S.L. – São escalas de negócio.

S.B. – São escalas. O *overhead* de uma Petrobras, de uma Exxon ou de uma Shell não permite que... Agora, para uma pequena empresa... Por exemplo, você compra um bloquinho desses, aí consegue dez barris por dia. Dez barris por dia, vamos dizer que você venda a 50, são 500 dólares. Dois barris por dia são 100 dólares. Se você não tiver... Porque, depois que você já fez o investimento, você tem muito pouco custo.

S.L. – O custo operacional é baixo.

S.B. – É, o custo operacional é baixo. E isso permite, ou já permitiu...

S.L. – É interessante isso.

S.B. – É muito interessante. Isso é muito interessante. Isso aí... Vocês vão conversar com outros diretores?

S.L. – Vamos.

S.B. – O Newton Reis Monteiro é o grande advogado disso. Bom, mas, enfim, aí eu saí já do meu mandato. Agora, no meu mandato...

R.L. – Eu tinha uma pergunta para fazer em relação ao seu mandato: o senhor tinha falado, meio que *en passant*, quando a ANP ainda tinha um quadro maior de funcionários e que agora está se esvaziando. E isso daí, pelo estudo todo, quer dizer, nós já vimos que um primeiro momento que ela sofreu esse esvaziamento foi com a criação da Petrobras. Porque houve...

S.L. – Isso o antigo CNP, não é?

R.L. – O antigo CNP, sim.

S.L. – Então, trabalhando nessa perspectiva da linha de tempo de 38...

R.L. – E nesse momento agora? Quer dizer, como o senhor justificaria esse esvaziamento do quadro funcional?

S.B. – Eu acho que são os seguintes fatores...

S.L. – Só um momentinho, Regina. Como nós não fizemos ainda nenhuma pergunta sobre

essa questão de pessoal, eu imagino que... Até por contatos nossos lá, nós percebemos que muitas pessoas que hoje fazem parte do quadro da ANP, no momento da sua constituição elas vieram da Petrobras. O senhor confirma essa informação, que houve uma transferência mais ou menos significativa, como no passado houve do CNP para a Petrobras, nos anos 50?

S.B. – Houve isso. Houve sim, mas com uma diferença, a seguinte: eu não sei como é que foi na época do CNP para a Petrobras, mas eu imagino que deva ter ido... O melhor do CNP deve ter ido para a Petrobras.

S.L. – Sim, exatamente.

S.B. – E no caso da ANP, não é que o pior tenha ido para a ANP... [riso] Não, não é não. Mas não é mesmo! Não é mesmo, porque foram excelentes funcionários, mas foram funcionários aposentados. Aposentados, entendeu? A ANP só abriu duas exceções, e hoje em dia só existe uma exceção, de ter um funcionário da ativa da Petrobras trabalhando na ANP. Porque isso causa um conflito para o funcionário, e a ANP foi muito cuidadosa nisso. E os dois casos eram casos excepcionais. Então, os funcionários da Petrobras são aposentados. Então, eu vou falar um pouco dessa parte de pessoal. Vocês devem saber, mas... Quando foram criadas as agências reguladoras, havia uma enorme preocupação do governo Fernando Henrique com a aposentadoria, com a Previdência, não é? Tinha-se feito um esforço para aumentar a idade da aposentadoria e... Então, ele propôs que os funcionários das agências reguladoras fossem regidos pelo regime CLT, e o PT entrou com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Então, o que aconteceu é que a criação das agências, que foi a Aneel e a Anatel, em 97, e a ANP, em 98 – as outras eu não me lembro mais – as agências não conseguiram ter um corpo funcional. Então, funcionava uma parte com os funcionários que tinham sido redistribuídos... Eu não sou muito perito nessa... Então, uma parte com os funcionários que tinham sido redistribuídos, uma parte em que era terceirizado e uma parte de cargos de confiança. Então, não tinham o seu corpo. Só teve com uma lei que, se eu não me engano, foi aprovada no ano passado. Mas eu posso estar errado, pode ter sido em 2003 ou em 2004.

[FINAL DA FITA 1-B]

S.B. – ...pode ter sido em 2003 ou em 2004. Eu acho que foi em 2004, mas eu não tenho certeza. E que aí, sim, deu um corpo permanente aos...

S.L. – Teve um concurso agora, em fevereiro, não é?

S.B. – Teve, teve o concurso.

S.L. – Foi o primeiro concurso para a ANP?

S.B. – Foi o primeiro concurso. Porque não tinha legislação para fazer o concurso.

S.L. – Então, essa lei permitiu, inclusive, esse concurso.

S.B. – Foi. Foi uma luta, não é? E é curioso que o governo do PT é que conseguiu fazer, eu acredito que tinha impedido de certa maneira. Então, o fato de os funcionários não terem estabilidade já é um fato que... As pessoas, podendo, iam para o lugar que tivesse. Então, esse é um fato que levou ao êxodo. O outro foi o congelamento de salários que aconteceu em todo o setor público. E o outro é um fato até positivo, é que aumentou o ritmo, aumentou o grau de atividade petrolífera no país. Então, muitos dos funcionários da própria Petrobras que tinham se aposentado e estavam na ANP passaram a ser atraídos...

S.L. – Pelas firmas privadas.

S.B. – Pelas firmas privadas. Por exemplo, o superintendente de Refino, um antigo funcionário da Petrobras, um dia ele chegou para mim, até emocionado, dizendo: "Embaixador, eu nunca trabalhei fora do serviço público, mas eu não posso perder essa oportunidade, eu vou ganhar três vezes mais do que eu estou ganhando aqui." Quer dizer, são dois fatores negativos: um é não ter um regime, e isso foi corrigido, o outro é o fato dos salários serem baixos, e o terceiro eu acho positivo, que é uma maior demanda...

S.L. – Ter um mercado de trabalho maior.

S.B. – É, e principalmente quem tem a formação de geologia ou de engenheiro de produção. Isso daí está sendo difícil para a ANP manter.

S.L. – E o senhor tem ideia... Em termos absolutos o senhor não tem ideia, não é? O número de pessoas...

S.B. – Não, mas isso...

S.L. – Mas isso a gente vê, talvez na página mesmo.

S.B. – Isso...

S.L. – Porque o senhor falou "êxodo". Êxodo é uma palavra forte, dá a impressão de... E aquele prédio todo que a gente conhece bem...

R.L. – Me faz lembrar um pouco o Sopão, na época do...

S.B. – Se for se pensar em termos qualitativos, é um êxodo. Agora, quem...

S.L. – Em termos qualitativos.

S.B. – Qualitativos. Quem pode te dar um quadro muito mais preciso do que eu é o John Forman. O John Forman é muito...

S.L. – Ele já era diretor quando o senhor entrou?

S.B. – Eu o levei.

S.L. – Ah! Então, ele entrou na ANP... Eram quatro diretorias já? Desde sempre são quatro diretorias?

S.B. – Sempre.

S.L. – E quais seriam essas diretorias?

S.B. – Ah! Agora eu me lembrei do nome do...

S.L. – Do diretor.

S.B. – Júlio Colombi. Ele foi o diretor-geral eventual substituto, que, aliás, é um título inacreditavelmente... [riso]

S.L. – Ele era um dos quatro diretores.

S.B. – Ele era um dos quatro diretores. Quando o David Zylbersztajn renunciou, ele foi escolhido como diretor...

S.L. – Pelos pares.

S.B. – Não, pelo presidente.

S.L. – Ah! Pelo presidente...

S.B. – O presidente tem o direito de...

S.L. – Pelo presidente Fernando Henrique.

S.B. – Pelo presidente Fernando Henrique. Dentre os quatro que ficaram, ele escolhe um. Foi o que aconteceu também quando eu saí: dentre os diretores, foi escolhido um, o Haroldo Lima.

S.L. – E que depois foi...

S.B. – Depois... Ele foi agora transformado, com base em uma outra lei que pode transformar um diretor em diretor-geral, que é algo que eu acho que conflita com a Lei da ANP. Mas também não foi contestada, enfim, vai acabar sendo assim.

S.L. – Eu teria dois pontos só – eu acredito que com eles, pelo menos eu pessoalmente, eu estaria satisfeito –, é falar sobre as relações da ANP com a Petrobras na sua gestão... O senhor já falou bastante das relações da ANP com o MME, com o Governo Federal, não é? Com a Petrobras eu sei que é uma outra coisa. E um outro ponto é sobre a história do biodiesel, que é uma coisa que está ganhando muito espaço e eu não sei... Esse ano é uma coisa que se fala muito. Talvez desde o ano passado, ou 2003, esse assunto também já seja objeto da ANP.

S.B. – Bom, as relações com a Petrobras são naturalmente tensas. A relação do regulador com o regulado no mundo inteiro é tensa.

R.L. – Ainda mais quando esse regulado teve o poder...

S.B. – E teve o poder.

R.L. – Do monopólio.

S.B. – Inconteste, não é? Agora, é uma relação... A gente não fica se matando. Quando eu cheguei lá, havia – talvez esse caso valha a pena citar – havia uma disputa enorme, enorme, entre... e pública, uma disputa pública entre a Petrobras e a BG, que é a *British Gas*, pelo uso do gasoduto Brasil-Bolívia: a *British Gas* queria usar um pedaço maior e a Petrobras não deixava. Esse é um ponto interessante porque é o... Como eu disse, o petróleo em si não é necessariamente um monopólio natural. O petróleo é uma *commodity*, e é uma *commodity* de fácil manuseio e fácil de transportar. O petróleo você transporta em dutos, ou em caminhão, tanque...

S.L. – Navio petroleiro.

S.B. – É, navio. O gás já é diferente. O gás é necessariamente uma indústria de rede. Um duto é um monopólio natural, porque se você tiver mais empresas produzindo num local e mais empresas distribuindo no outro, você não vai fazer vários dutos. Você pode aumentar a capacidade, o investimento feito. E no caso do duto Bolívia-Brasil, ou Brasil-Bolívia, Bolívia-Brasil, o empresário foi a Petrobras. Aí a Petrobras entrou, digamos assim, com o chapéu do Estado. E esse é um ponto que eu gostaria de deixar aqui, a minha preocupação com a situação jurídico-política da Petrobras. Eu compreendo que, politicamente, não há como privatizar a Petrobras, não é? O presidente Fernando Henrique compreendeu, e não creio que seja algo que aconteça num prazo médio. Mas, então, nós temos uma empresa que foi monopólio de fato e temos uma legislação que deseja que não haja mais esse monopólio. Ela foi monopólio de direito. Perdão, monopólio de direito, e de fato há uma legislação que deseja que não haja mais o monopólio. Por exemplo, no caso da Inglaterra, do Reino Unido, existia o monopólio do gás, e a empresa era a *British Gas* e ela foi privatizada no tempo da Margareth Thatcher. Agora, o processo de desmonopolização da *British Gas*, embora como empresa privada, durou por volta de dez anos.

S.L. – São dois processos, não é?

S.B. – São dois processos. No caso da Petrobras, o que eu vejo com preocupação é porque o... a empresa, a empresa em si, é o presidente da Petrobras e o diretor da Petrobras, se ele tem o monopólio de fato, ele, honestamente, ele tem que defender isso. Porque ele não vai chegar lá para pensar: "Não, o país precisa de concorrência." Então, não é esse o papel da pessoa que está sentada lá como presidente da empresa ou como diretor da empresa, não é? E ao mesmo tempo, não é bom para o país você ter essa situação que a Petrobras ora é governo ora é uma empresa. No próprio preço dos combustíveis, que ficam abaixo do mercado porque faz parte da política econômica do governo não aumentar a inflação. O que significa isso para a empresa, como empresa, não é? Isso aí é algo que deveria ser feito pelo governo e não pela empresa. A famosa...

S.L. – Tem uma simbiose aí.

S.B. – A famosa Cide foi criada por isso... para isso. Outra coisa, de novo com o gasoduto, a

Petrobras está fazendo, agora diminuiu um pouco o ritmo das obras, construindo gasoduto pelo Brasil afora. Ela está construindo porque ela...

S.L. – Tem até uma subsidiária que faz isso, não é?

S.B. – É. Ela está construindo porque é uma empresa estatal.

S.L. – A Transpetro, eu acho.

S.B. – É, a Transpetro. Ela está construindo porque é uma empresa estatal, não porque é uma empresa comercial. Eu vejo com preocupação isso. Eu acho que é um ponto que um dia tem que ser...

R.L. – Definido.

S.B. – Tem que ser definido pelo governo, é o fato de que o presidente do conselho da Petrobras é um ministro do Governo. É um troço complexo, não é? E hoje em dia, dois terços da Petrobras estão nas mãos do setor privado.

S.L. – Em termos de composição acionária?

S.B. – É. O governo controla porque ele tem 51% das ações ordinárias. Mas no fundo o governo tem 67%... tem... o público tem 33...

S.L. – Quer dizer, o governo tem 33,33, aquela dízima, não é?

S.B. – É, por aí.

S.L. – E em relação ao biodiesel?

S.B. – Bom, o biodiesel é algo, vamos dizer, que me pegou já no final, e a ANP trabalhou bastante, foi complexo, para fazer a regulamentação para o biodiesel. Acho que precisa...

S.L. – Tem leilão também para o biodiesel?

S.B. – Não.

S.L. – Não?

S.B. – Acho que vai ter. Isso eu já não sei direito. Isso eu já não sei direito porque isso aí já passou da minha... E eu confesso que eu perdi um pouco o contato com essa parte. Porque a ANP no início ficou com a função de fazer uma regulamentação para o biodiesel, e essa parte de leilão eu tenho impressão que quando eu saí não estava ainda definida. O biodiesel escapa um pouco da minha... porque me pegou já muito para o final. E foi uma parte mais técnica. Naquele momento que eu estava lá...

S.L. – Porque, entrando na página da ANP, eu tenho visto referências assim...

S.B. – Eu vou falar do biodiesel, mas não como diretor-geral da ANP. Eu acho que o biodiesel é um programa importante de cunho social, eu acho que é importante no cunho ambiental, acho que é complexo, você produzir uma quantidade grande de biodiesel é complexo. Acho difícil se produzir sem subsídios. Acho difícil. Mas isso são opiniões pessoais minhas e que escapam um pouco da minha época na ANP. Porque na minha época da ANP... Esse assunto foi tratado no âmbito muito, muito técnico. Muito técnico, tanto na parte de qualidade do produto... Porque a ANP sempre se envolveu com a parte de qualidade do produto e com a parte da regulamentação, mas num nível ainda muito técnico. Então, a minha contribuição sobre o biodiesel é pobre. [riso]

S.L. – Está certo.

R.L. – Não, mas eu acho que já está...

S.B. – Eu diria o seguinte: eu diria que nós temos aí um problema grave, que é o refino. Porque o refino é um setor onde não é interessante. Não tem sido, nos últimos 20 anos,

interessante investir.

S.L. – É, a última refinaria é a do Vale do Paraíba, da década de 80, inaugurada em 80.

S.B. – É. Então, esse é um tema... Enfim, a ANP fez um trabalho sério e muito bom sobre refino, vale a pena vocês lerem. E para terminar, a parte que não era objeto do monopólio, que é a parte de distribuição e revenda. Essa parte o legislador, que fez uma boa lei, ele esqueceu. Ele esqueceu da parte que não era objeto do monopólio. Eu me lembro, a primeira vez que eu li essa Lei 9478 eu tive essa impressão. E depois eu perguntei ao deputado... eu acho que foi o Eliseu Resende que disse: “Você sabe que foi isso mesmo! A gente no final disse: 'O que faz com distribuição e revenda? Coloca... Bota aí, faz um artigo e põe o DNC dentro da ANP.’” Mas não fizeram uma legislação moderna. Eu digo isso porque é uma área, distribuição e revenda, aonde há uma grande tentação de se fazerem irregularidades, não é? Mais que tudo, por motivos fiscais, porque a gasolina paga um imposto muito alto. E a gasolina é um solvente e o solvente paga um imposto muito mais baixo. Então, há uma tentação grande de se colocar solvente na gasolina. E também o álcool, que paga um imposto mais barato. Enfim, aí é uma coisa complexíssima. E não houve uma modernização da legislação brasileira que permitisse à Agência ter uma ação mais efetiva com relação a isso, não é?

S.L. – Quer dizer, é a mesma legislação da época do DNC.

S.B. – É a mesma legislação. A punição é muito difícil, protege muito o...

S.L. – O infrator.

S.B. – Protege muito o infrator.

S.B. – Então, é agradecer ao senhor pela entrevista. Certamente...

S.B. – Foi um prazer.

S.L. – Foi muito bom. E agora nós vamos passar para outros diretores.

[FINAL DO DEPOIMENTO]